

Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 03/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Município de Guarani das Missões/RS Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2019 – Registro de Preços Tipo de julgamento: menor preço por item Processo nº 4105/2019

Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços objetivando eventuais e futuras aquisições de pneus novos, câmaras de ar e protetores para a manutenção dos veículos e maquinas das Secretarias Municipais.

A Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS torna pública a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por finalidade o registro de preços do objeto, conforme descrito no item 01. Será processada essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 2.176, de 11 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

A digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços deverá ser realizada no portal eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme especificações abaixo:

INÍCIO DAS PROPOSTAS: 08h00min do dia 14/08/2019

FINAL DAS PROPOSTAS: 08h00min do dia 26/08/2019

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h10min do dia 26/08/2019

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 26/08/2019

DATA LIMITE DE IMPUGNAÇÃO: 09h00min do dia 22/08/2019

TEMPO DE DISPUTA: 05 minutos acrescidos do Tempo Aleatório, determinado pelo Sistema.

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas em campo próprio no site www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para o fornecimento dos seguintes produtos:

Rua Boa Vista, 265, Centro. Fone/Fax (55) 3353-1200 Email: prefeitura.gdm@hotmail.com www.guaranidasmissoes.rs.gov.br



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Item	Quant. Quant.		Descrição do bem				
10111	Mínima Máxima		Descrição do Bern	Valor unitário			
	Prevista	Prevista		máximo			
	Tievista	Tievista		admitido			
01	01 unidade	24 unidades	Pneu 195/65R, aro 15, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 410,00			
02	01 unidade	24 unidades	Pneu 175/70R aro 14 88H, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 280,00			
03	01 unidade	08 unidades	Pneu 175/70R aro 14, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 352,00			
04	01 unidade	36 unidades	Pneu 215/75R, aro 16 113/111R, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 774,50			
05	01 unidade	28 unidades	Pneu 185/70R14 novo, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 295,50			
06	01 unidade	52 unidades	Pneu borrachudo com no mínimo 12 lonas 900x20, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 956,50			
07	01 unidade	40 unidades	Pneu liso 900x20 comum, com no mínimo 12 lonas e com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 961,00			
08	01 unidade	08 unidades	Pneu novo 900 X R20, liso, com no mínimo 12 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.500,00			
09	01 unidade	04 unidades	Pneu novo 19/5L24 com no mínimo 12 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 3.036,50			
10	01 unidade	08 unidades	Pneu novo 14.9-24, com no mínimo 08 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 1.644,00			
11	01 unidade	08 unidades	Pneu 12-16.5, pneus novos, com no mínimo 10 lonas com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 825,50			
12	01 unidade	40 unidades	Pneu novo borrachudo 1000x20, com no mínimo 12 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO, com sulco mínimo de profundidade de 19,7mm.	R\$ 1.300,50			
13	01 unidade	40 unidades	Pneu novo liso 1000x20, com no mínimo 12 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 1.190,00			
14	01 unidade	30 unidades	Pneu novo 1000XR20, misto liso, com no mínimo 16 lonas e sulco de no mínimo 15,5mm, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.575,00			
15	01 unidade	50 unidades	Câmara de ar 1000x20 de boa qualidade e com garantia.	R\$ 147,50			
16	01 unidade	60 unidades	Colarin 1000 x 20, de boa qualidade e com garantia.	R\$ 35,00			
17	01 unidade	40 unidades	Pneu Borrachudo com no mínimo 16 lonas 275/80R22.5, para uso misto, sulco mínimo de profundidade de 23,5 mm, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.958,00			
18	01 unidade	40 unidades	Pneu liso com no mínimo 16 lonas 275/80R22.5, para uso misto, sulco mínimo de profundidade de 18mm, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.883,00			
19	01 unidade	08 unidades	Pneu novo 17.5/25, com no mínimo 16 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 4.017,50			
20	01 unidade	08 unidades	Câmara de ar 17.5/25 de boa qualidade com garantia.	R\$ 268,50			
21	01 unidade	08 unidades	Colarin 17.5/25 de boa qualidade com garantia.	R\$ 142,00			
22	01 unidade	30 unidades	Câmara de ar 1400 X 24 de boa qualidade e garantia.	R\$ 222,50			



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



	32			
23	01 unidade	24 unidades	Pneu novo 1400 X 24, com no mínimo 16 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 2.838,50
24	01 unidade	16 unidades	Pneu 175/70 aro 13 82T, pneus novos com numeração de serie e	R\$ 201,50
05	04 - 11 - 1	00	certificação do INMETRO.	D# 05 00
25	01 unidade	30 unidades	Protetor/colarin aro 16, com garantia e de boa qualidade.	R\$ 35,00
26	01 unidade	30 unidades	Câmara de ar 7.50-16 ventil longo, com garantia e de boa qualidade.	R\$ 72,50
27	01 unidade	60 unidades	Pneu liso 9 x R17.5 convencional, com no mínimo 12 lonas e com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 990,00
28	01 unidade	24 unidades	Pneu convencional borrachudo 7.50X16 com no mínimo 10 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 598,00
29	01 unidade	78 unidades	Pneu radial 215/75 R – 17.5, trativo, 126/24M com no mínimo 12 lonas e com numeração de serie e certificação do INMETRO. Sulco Mínimo de profundidade 14.5mm.	R\$ 1.158,00
30	01 unidade	50 unidades	Câmara de ar 900x20 com garantia e de boa qualidade.	R\$ 130,00
31	01 unidade	08 unidades	Câmara de ar 750 x 16 com garantia e de boa qualidade.	R\$ 72,50
32	01 unidade	40 unidades	Válvula nº 15 com garantia e de boa qualidade.	R\$ 15,00
		08 unidades		
33	01 unidade	08 unidades	Pneu radial misto 225/75R/15 – 106R 08 lonas com carcaça e flanco reforçados e com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 455,00
34	01 unidade	08 unidades	Pneu novo 165/70R aro 13, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 184,50
35	01 unidade	30 unidades	Protetor/colarin 1400X24, com garantia e de boa qualidade.	R\$ 46,00
36	01 unidade	30 unidades	Protetor/colarin aro 20, com garantia e de boa qualidade.	R\$ 36,50
37	01 unidade	04 unidades	Pneu agrícola 650 X 16, com no mínimo 10 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 507,00
38	01 unidade	06 unidades	Pneu agrícola 750 X 16, com no mínimo 16 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 604,00
39	01 unidade	40 unidades	Pneu radial misto 225/70R/15C – 112/110R 08 lonas com carcaça e flanco reforçados e com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 567,00
40	01 unidade	30 unidades	Pneu novo 1000XR20, liso, com no mínimo 16 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.500,00
41	01 unidade	30 unidades	Pneu novo 1000XR20, borrachudo, com no mínimo 16 lonas, com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 1.600,00
42	01 unidade	12 unidades	Pneu 195/55R16, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 300,00
43	01 unidade	30 unidades	Pneu 175X65R 14C 90/88T, pneus novos com numeração de serie e certificação do INMETRO.	R\$ 190,00
44	01 unidade	06 unidades	Pneu novo 12,5/80-18, com no mínimo 10 lonas, com numeração de série e certificação do INMETRO.	R\$ 1.800,00

1.2 – A solicitação para a aquisição do objeto será realizada mediante nota de empenho encaminhada para a empresa via email.







1.3 - A entrega do objeto deverá ser realizada conforme solicitação, junto a Secretaria requisitante, sendo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, livre de frete e descarga e em horário de expediente.

1.4 – O objeto deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da entrega.

1.5 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art. 5º, do Decreto nº 2.604/2013, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

2. DO PROCEDIMENTO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. 2.2. certame realizado através utilização O será da do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br_, conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre o Portal de Compras Públicas e o Município de Guarani das Missões/RS. 2.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público municipal do Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, denominado "Pregoeiro", com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.2. Estarão impedidos de participar da presente licitação:

3.2.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Guarani das Missões/RS

- 0.0		_				
3.2.2. Os inter	ressados que te	enham sido de	clarados inic	lôneos pela	Administraçã	ão Municipal,
Estadual ou F	ederal, o que	abrange a ad	dministração	direta e in	direta, as en	tidades com
personalidade	jurídica de d	lireito privado	sob o seu	controle e	e as fundaç	ões por ela
instituídas			е			mantidas;
3.2.3. Os inte	eressados que	estiverem e	m regime o	le falência,	concordata,	dissolução,
liquidação	ou	C	concurso	d	е	credores;
3.2.4.	Empresas	em	form	ıa	de	consórcios;
3.2.5. Um me	smo procurado	or ou represer	ntante legal o	ou credencia	ado represer	ntar licitantes
distintos,	que		concorram		entre	si;
3.2.6. Empres	as que tenham	em sua comp	osição socie	tária os me	smos sócios,	gerentes ou
diretores,	que		concorram		entre	si;
3.2.7. Empres	as que tenham	como sócio, g	gerente, proc	urador ou re	epresentante	legal, diretor
ou responsáv	el técnico, serv	vidor ou dirige	nte de qualo	quer órgão (ou entidade	vinculada ao
Município de (Guarani das Mis	ssões/RS.				
3.3. As Micro	oempresas e l	Empresas de	Pequeno F	Porte terão	tratamento	diferenciado
previsto	na	Lei		Compleme	ntar	123/06.
3.3.1. As Mic	croempresas e	Empresas o	de Pequeno	Porte dev	erão aprese	entar toda a
documentação	o exigida para e	efeito de comp	orovação de	regularidad	e fiscal, mes	mo que esta
apresente			alguma			restrição.
3.3.2. Havend	lo alguma restr	ição na comp	rovação da ı	egularidade	fiscal e trab	<u>alhista,</u> será
assegurado o	prazo de 05 (d	cinco) dias úte	eis, cujo term	no inicial co	rresponderá	ao momento
da conferenc	ia da docume	ntação e info	ormado para	o licitante	, prorrogáve	eis por igual
período, a crit	ério da Adminis	stração, para a	a regularizaç	ão da docu	mentação, pa	agamento ou
parcelamento	do débito, e en	nissão de eve	ntuais certid	ões negativa	as ou positiva	as com efeito
de		cert	idão			negativa.
3.3.3. A não-	regularização d	da documenta	ição no praz	zo previsto	implicará de	cadência do
direito à cont	tratação, sem	prejuízo das	sanções pre	evistas no <i>i</i>	Art. 81 da L	ei 8.666/93,
facultado à Ad	dministração co	nvocar os licit	antes reman	escentes, n	a ordem de d	classificação,
para a assinat	tura do contrato	, ou revogar a	licitação.			







4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.portaldecompraspublicas.com.br
- **4.2.** Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- **4.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- **4.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Publicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **4.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **4.6.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos.
- **4.7.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **4.8.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. As propostas se	erão recebidas a	ité o moment	o imediatam	nente anterio	or ao início da
abertura das proposta	as na data e hor	ário estipulado	s neste edit	al, sempre	obedecendo ao
horário oficial de Bra	sília. A disputa te	erá início na c	lata estipula	da neste ed	ital, em sessão
pública de pregão e	eletrônico, com	a divulgação	das propos	stas de pre	ços recebidas,
passando o	Pregoeiro	а	avaliar	sua	aceitabilidade.
5.2. Aberta a etapa	a competitiva, o	s representar	ntes dos fo	rnecedores	deverão estar
conectados ao sister	ma para particip	ar da sessão	de lances.	A cada la	nce ofertado d
participante será ime	ediatamente infor	mado de seu	recebimen	to e respec	tivo horário de
registro		е			valor
5.3. Só serão aceitos	lances cujos valo	ores forem infe	riores ao últi	mo lance po	or ele ofertado e
registrado		no			sistema.
5.4. Não serão aceito	os dois ou mais l	ances de mes	mo valor, p	revalecendo	aquele que foi
recebido e registrado	em primeiro luga	r.			
5.5. Durante o transc	:urso da sessão i	pública, os pa	ticipantes s	erão informa	ados, em tempo
real, do valor do mer			•		•
pregoeiro	nem	aos	demais	5	participantes
5.6. No caso de desc	onexão com o Pr	egoeiro, no de	ecorrer da et	apa competi	itiva do Pregão,
o sistema eletrônico	poderá perman	ecer acessive	el aos licitar	ntes para a	recepção dos
lances, retomando o	Pregoeiro, quan	do possível, s	ua atuação	no certame,	, sem prejuízos
dos		atos			realizados
5.6.1. Quando a des					
	sconexão persist	ir por tempo	superior a	dez minutos	s, a sessão do
Pregão Eletrônico se	•		•		
Pregão Eletrônico se participantes, através	rá suspensa e te	rá reinício sor	nente após	comunicaçã	o expressa aos
	rá suspensa e te	rá reinício sor	nente após	comunicaçã	o expressa aos
participantes, através	rá suspensa e te s de mensagem	rá reinício sor eletrônica, div	nente após ulgando dat	comunicaçã a e hora da	o expressa aos a reabertura da
participantes, através sessão.	rá suspensa e te s de mensagem es da sessão pú	rá reinício sor eletrônica, div	nente após ulgando dat cerrada med	comunicação a e hora da liante aviso	o expressa aos a reabertura da de fechamento
participantes, através sessão. 5.7. A etapa de lanc	rá suspensa e te s de mensagem es da sessão pú emitido pelo pre	rá reinício sor eletrônica, div oblica será en goeiro, após o	nente após ulgando dat cerrada med que transco	comunicaçã a e hora da liante aviso orrerá períod	o expressa aos a reabertura da de fechamento do de tempo de
participantes, através sessão. 5.7. A etapa de lanc iminente dos lances,	rá suspensa e te s de mensagem es da sessão pú emitido pelo pre	rá reinício sor eletrônica, div oblica será en goeiro, após o	nente após ulgando dat cerrada med que transco	comunicaçãos a e hora da liante aviso orrerá períoc etrônico, fin	o expressa aos a reabertura da de fechamento do de tempo de
participantes, através sessão. 5.7. A etapa de lanc iminente dos lances, até trinta minutos, al	rá suspensa e te de mensagem es da sessão pú emitido pelo pred eatoriamente del encerrada	rá reinício sor eletrônica, div oblica será en goeiro, após o erminado pelo a	nente após ulgando dat cerrada mec que transco sistema el recepção	comunicação a e hora da liante aviso orrerá períod etrônico, fin de	o expressa aos a reabertura da de fechamento do de tempo de do o qual será lances.



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



lance aceitação de menor valor. 5.9. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções 5.10. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço е 0 valor estimado para а contratação. 5.11. Em sendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ao incluir suas propostas no sistema. declarar. que as mesmas se enquadram nessa categoria. 5.11.1. A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro 2006. 5.11.2. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro 2006. de 5.11.3. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores proposta mais 5.11.4. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa de ou empresa pequeno porte. 5.11.5. As microempresas e empresas de pequeno porte com lances no limite de até 5% (cinco por cento) superior a menor proposta poderão apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, após o encerramento da disputa do item, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados da convocação do sistema. 5.11.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique primeiro poderá melhor oferta. aquela que apresentar

6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

5.11.7. Na hipótese da não-contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.







- **6.1.1.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto, corresponder à unidade solicitada;
- **6.1.2.** A marca do objeto deverá ser especifica. Somente serão empenhadas as marcas cotadas na proposta do licitante.
- **6.1.3.** Somente serão registrados os preços das marcas cotadas, as quais constarão na Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).
- **6.2.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- **6.3.** O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura das atas de registro de preços.
- 6.4. Após a disputa, os licitantes vencedores, deverão <u>entregar</u> a proposta, devidamente preenchida, datilografada ou digitada, com os valores unitários, totais e marca/modelo dos itens ofertados, em até 05(cinco) dias úteis, junto a Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS Setor de Licitações, à Rua Boa Vista, 265.
- **6.5.** É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta. **6.6.** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento de mão-
- de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não
- especificada neste Edital.
- **6.7.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- **6.8.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- **6.9.** Serão rejeitadas as propostas que:
- **6.9.1.** Sejam incompletas, isto é, não contiverem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado;
- **6.9.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- **6.10.** O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição Federal de 1988.



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 7.1. Para julgamento, será adotado o critério MENOR PREÇO POR ITEM observando-se os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e, ainda, as demais condições estabelecidas neste Edital.
 7.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- **7.3.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. **7.3.1.** Os licitantes serão registrados na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente, na forma do art. 64 § 2º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- **7.4.** Ocorrendo as situações as quais se referem os subitens **7.2** e **7.3** deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. As empresas licitantes vencedoras deverão <u>entregar</u> a documentação original ou fotocópia autenticada no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da divulgação dos vencedores, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS – Setor de Licitações, à Rua Boa Vista, 265, Centro, observados os seguintes itens:

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Anexo I - Declaração de Habilitação

Anexo II - Declaração de Idoneidade

Anexo III - Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inc. XXXIII, art. 7º, da CF/88.

- HABILITAÇÃO JURÍDICA:







- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- **d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).
- **c)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante:
- **d)** prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- **e)** prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.
- Atestado de comprovação de capacidade técnica, de Pessoa Jurídica de direito Publico ou Privado, de que a licitante executou satisfatoriamente contrato com o objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital.
- Licença ambiental de operação do fabricante, emitida pelo órgão ambiental competente, se o produto for nacional: Resolução CONAMA 237/1997 (Indústria de borracha fabricação de pneumáticos);
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do fabricante ou do importador, conforme o caso: Lei 6.938/1981, art. 17, inciso II, e anexo VIII + IN IBAMA nº 6/2013 (alterada pela IN IBAMA nº 11/2018 (Anexo I da IN nº 6/2013, alterada pela IN nº 11/2018) (Código 9-6/Fabricação de pneumáticos e Código 21-45/Importação de pneus).
- Certificado de Conformidade, dentro do prazo de validade emitido pelo INMETRO, comprovando a regularidade do modelo de pneu cotado.
- **8.2.** No envelope, com a documentação referida, deverá estar identificado o número do pregão.
- **8.3.** Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede que apresentou a proposta eletrônica e em conformidade com o cadastramento no site com o devido credenciamento para enviar propostas, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz

 e todas as filiais.
- **8.3.1.** A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.
- **8.4.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante melhor classificado será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.
- **8.5.** Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.
- 8.6. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a







capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

- **8.7.** Os certificados e certidões emitidos via sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela Administração. Não serão aceitos protocolos de entrega ou requisição de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.
- 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS
- **9.1.** Impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.
- **9.1.1.** As Impugnações deverão ser enviadas através de campo próprio do sistema no site www.portaldecompraspublicas.com.br
- **9.1.2.** Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **9.1.3.** Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- **9.2.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam desde logo, intimados a apresentar contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
- **9.2.1**. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no item 9.2 no Setor de Licitações, à Rua Boa Vista, 265.
- **9.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação ao vencedor do certame.
- 9.4. Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo.
- **9.5.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.6.** Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 9.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação no Site da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS –



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



www.guaranidasmissoes.rs.gov.br

9.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS. Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail licitacoespmguarani@hotmail.com

10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao vencedor e homologará a licitação, podendo revogá-la, termos artigo 49 da Lei Federal nos do 10.2. Homologada a licitação pela autoridade competente o adjudicatário será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 3(três) dias úteis, a contar da convocação expedida pela Administração, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal do licitante e aceito pela Administração.
- **10.3.** Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, durante toda a vigência da ata de registro de preços, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste instrumento. **10.4.** As obrigações decorrentes do fornecimento de bens a serem firmadas entre a Administração e o fornecedor, serão formalizadas, através da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.
- **10.5**. A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do §4° do artigo 62 da Lei 8.666/93.
- **10.6.** Quando o proponente vencedor convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. **10.7.** Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

10.8. Observados os critérios, e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, devendo esta impossibilidade ser comunicada ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços por escrito, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

10.9. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS.

11. DA ENTREGA

11.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.
11.2.O objeto da presente licitação deverá ser entregue conforme especificações constantes

nesse Edital, observando o seguinte:

11.2.1.O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a quantidade/qualidade/adequação do objeto, observado o disposto nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 73 da Lei n º 8.666/93, mediante a apresentação da cópia do empenho juntamente com a nota fiscal correspondente a respectiva entrega.

11.2.2.O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável ou comissão, designada pela autoridade competente, após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto no art. 15, parágrafo 8º, para materiais com valor superior ao limite estabelecido no art. 23 inciso II alínea "a" e nas alíneas "b" dos incisos I e II do art. 73 da Lei n

11.3.O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo fornecedor, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho. 11.4. Os locais de entrega serão dentro do Perímetro Urbano de Guarani das Missões/RS,



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



conforme

indicação

na

nota

de

empenho.

11.5. O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

11.6. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o licitante vencedor deverá providenciar, no prazo máximo de até 03(três) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.090/90).

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta corrente indicada pelo fornecedor juntamente com o número do banco e da agência bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão contratante ou através de banco credenciado, a critério da administração.

12.2. O prazo do pagamento de cada compra, devido pelo Município, será parcelada, sendo em até 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

13. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Não será concedido reajuste pelo período inferior a um ano, a não ser que haja disciplinamento diverso oriundo de legislação federal. pelo INPC. **13.1.1.** Na hipótese de concessão de reajuste, este será feito 13.2. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador (Central de licitações) desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais da época da abertura da licitação, bem como da época do pedido do realinhamento (atuais), de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, bem como listas de precos, planilhas de custos, no caso de fabricantes, sendo que esta solicitação deverá ser encaminhada para o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS. Até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida em até 10 (dez) dias uteis a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória, não poderá haver interrupção do fornecimento sob pena das



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



aplicações das sanções previstas neste Edital.

13.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e o preço atualizado dos remanescentes, quando houver.

13.4. Independentemente da solicitação de que trata o item 13.2, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia-defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no site da Prefeitura Municipal.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **14.1.** O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, solicitar o cancelamento da Ata de Registro de Preços e não aceito pela Administração, ter seu registro cancelado pela Administração, descumprir as exigências previstas no Edital, falhar ou fraudar a execução da Ata de Registro de Preços, comportarse de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações
- **14.2.** O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descrita no item anterior e declaração de inidoneidade, poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual. **14.3.** Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de
- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.
- **14.4.** No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado/registrado.
- **14.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.
- **14.6.** Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



14.7. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no site da Prefeitura Municipal.

DA 15. **RESCISÃO** 15.1. A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser rescindida nos 77, dos 78. 79 80 da Lei 8.666/93. termos artigos е 15.1.1. A Ata de Registro de Preços também poderá ser rescindida nos casos em que se verificar que o Fornecedor não preenchia ou não preenche os requisitos de habilitação. 15.2. Nas hipóteses legais de rescisão administrativa, solicitada pelo Fornecedor, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da contratante, através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória alegados dos fatos 15.3. A rescisão administrativa será procedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente. 15.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da lei 8.666/93 e alterações posteriores. 16. DO **CANCELAMENTO** DO **REGISTRO** DO **FORNECEDOR** 16.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses: pela Administração, a) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preços; b) o fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços; c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores; d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado; e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, alterações posteriores. II - pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.







16.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada. 16.3. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 16.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento. 16.4. No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no site da Prefeitura Municipal, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação. **16.5.** A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias uteis, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 14, caso não razões do pedido do aceitas as cancelamento. 16.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

 17.2. É facultada ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão
- **17.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- **17.3.1.** A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços. **17.3.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do Fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento da Ata de Registro



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



de Preços.

- **17.4.** A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte, ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.
- **17.5.** A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
- **17.6.** É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao site da Prefeitura Municipal, através do endereço: http://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br para verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.
- **17.7.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- **17.8.** Fica eleito o Foro da Comarca de Guarani das Missões/RS, para dirimir litígios resultantes deste Edital.
- 17.9. Constitui Anexos do Presente Edital:
- 17.9.1. Anexo I Declaração de Habilitação
- **17.9.2.** Anexo II Declaração de Idoneidade
- 17.9.3. Anexo III Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inc. XXXIII, art. 7º, da CF/88.
- 17.9.4. Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços

Guarani das Missões/RS, aos 07 dias do mês de agosto de 2019.

Jerônimo Jaskulski Prefeito







ANEXO I

(fora dos envelopes nº 01 e 02)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Nome		da
Empresa)		, CNPJ n.º
	sediada	(endereço
completo)	, por seu representante ab	aixo assinado, declara, sob
as penas da Lei, nos termos do in	ciso VII, artigo 4º da Lei Feder	ral 10.520/2002, que cumpre
olenamente os requisitos da habili	itação exigidos no Edital de Pr	egão Eletrônico nº 03/2019
Registro de Preços.		
	, , de	de 2019.
Nome e Ass	s. do Rep. Legal da empresa e	CNPJ







ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(modelo)

Declaro, sob as penas da lei, para que a empresa
para licitar ou contratar com a
Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da lei n.º 8.666/93 e alterações
posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega
dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade
jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.
Guarani das Missões/RS, de de de2019.
Diretor, Sócio-Gerente ou Representante Legal







DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII, ART. 7º, da CF/88

(modelo)

Declaro,	sob	as	penas	da	lei,	para	fins	desta	licitação,	que	а
Empresa									, cur	npre	ao
disposto i	no incis	o XXX	KIII, do A	rt. 7º	da Co	onstituiçã	io Fed	eral, de	05/10/1988,	que	não
emprega	menor o	de 18	(dezoito)	anos	em tr	abalho r	oturno,	perigos	o ou insalul	ore e	não
emprega	menor	de 16	(dezesse	eis) a	nos, b	em con	no que	comunic	cará à Adm	iinistra	аção
Municipal	qualque	r fato	ou evento	super	venier	nte que a	ltere a	situação	atual.		
Ressal	()		ga menor a i das Miss	·		``	,		ndição de ap 2019.	rendiz	<u>7</u> .
		- Г	iretor Só	cio-Ge	rente	ou Renre	esentan	te I enal			







ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PREGÃO ELETRÔNICO № 03/2019

Aosdias do mês de
 DO 1.1. O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES, conforme descrição e marcas abaixo descritos:
 VIGÊNCIA 2.1. O presente instrumento passará a viger a partir de sua assinatura, sendo extinto ao fina do prazo de validade do registro de preços, que é de 12 (doze) meses.
3.1. O preço de cada item está especificado no item I deste instrumento. 3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ac sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
4.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, que poderá ser encaminhada pelo contratante via email. 4.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Perímetro Urbano do Município de Guarani das Missões/RS, conforme indicação na nota de empenho. 4.3. O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro ainda que, a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.
5.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão contratante, ou através de banco credenciado, a critério da administração será parzo do pagamento de cada compra, devido pelo Município, será parcelada, sendo em até 30 (trinta) 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento

definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ATUALIZAÇÃO DOS **REAJUSTE** Ε DA **PRECOS** 6.1. Não será concedido reajuste pelo período inferior a um ano, a não ser que haja disciplinamento diverso oriundo de legislação federal. **6.1.1.** Na hipótese de concessão de reajuste, este será feito pelo INPC. 6.2. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais da época da abertura da licitação, bem como da época do pedido do realinhamento (atuais), de aquisição dos produtos, matérias primas e componentes, bem como listas de preços, planilhas de custos, no caso de fabricantes, sendo que esta solicitação deverá ser encaminhada para o Setor de licitações, localizada na Rua Boa Vista, 265. Até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida em até 10 (dez) dias uteis a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória, não poderá haver interrupção do fornecimento sob pena das previstas aplicações das sanções neste Edital. 6.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e o preço remanescentes. atualizado dos quando houver. 6.4. Independentemente da solicitação de que trata o item 6.2, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia-defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no site da Prefeitura Municipal.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 7.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de
 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
 I pela Administração, quando:
- a) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preços;
- **b)** o fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e alterações
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- **e)** por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.
- II pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de precos.
- **7.2.** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- **7.3.** A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- **7.4.** No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no site da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.
- **7.5.** A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 10, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

8.	DAS	OBF	RIGAÇÕES	DO	FORNECEDOR
		•	•	•	recebimento do objeto
		prontamente	as exigência	is e observações	s da fiscalização do órgão
	icipal				competente.
8.2.	Cumprir	•		stabelecidos	neste instrumento.
	•		•		nicas pela execução do
				dquiridos	pelo MUNICÍPIO.
8.4.	Pagar todos	os tributos	,		a execução contratual.
	•	•		•	atos e omissões que seus
	•		•		e fornecimento do objeto
		zando, se	for o	•	
			e se fizerem		atividades do fornecimento,
junto		aos		órgãos	competentes.
					o houver necessidade de
		er situação, a		o causar transto	rno ou atraso quando da
entre	•	a a a i a tâ a a i a	do	norfoito one	objeto.
8.8.	Prestar toda		•	•	,
					bjeto a serem fornecidos. sua especificação assim o
requ	•	o de validade	do objeto ic	inecido quando	sua especificação assim o
		os dentro do n	nelhor nadrã	o técnico anlicáv	el no intuito de sua perfeita
					projeto, às especificações
		•	,	-	ntos estes que integram o
					ndo que as do MUNICÍPIO
	alecerão	sobre	as	do	FORNECEDOR.
•					em que se verificar vícios,
					ados no período de testes.
	,				isados ao patrimônio que
		•			ornecidos, confirmados por
					equipamento danificado ou
а	substituição	por	equipame	nto simila	r ou superior.
	. Cumprir fielme sferência.	ente as obriç	gações des	te instrumento,	sendo vedada qualquer
			~		,

9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
 9.1. Atender às solicitações de esclarecimentos do FORNECEDOR.

9.2. Inspecionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório.

9.3. Inspecionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências.

9.4. Manter registro escrito de todas as ordens de serviços e/ou comunicações entre as partes contratantes a fim de que produzam todos os efeitos.



Capital Polonesa dos Gaúchos ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



10.	DAS	SANÇÕES	ADMINISTRATIVAS
10.1. Pelo d	escumprimento das	obrigações assumidas	, o FORNECEDOR sujeitar-se-á às
seguintes pe	enalidades, que pode	erão ser cumulativas se	m prejuízo das demais cominações
aplicáveis.			
10.1.1.			Advertência.
10.1.2.			Multa.
10.1.3. Impe	dimento temporário d	de licitar/contratar com	a Administração Pública pelo prazo
de	até	5	(cinco) anos.
10.1.4.	Declara	,	de inidoneidade.
	a prevista no subite	m 10.1.2 deste instrum	nento será aplicada na forma como
segue:			
	•	•	será aplicada multa de 0,3% (zero
•	· · ·		ore o valor total da aquisição, até o
limite	de	20% (vinte	. ,
	-		ações, excetuada a hipótese de não
•			% (dez por cento), calculada sobre o
valor	total		da aquisição.
			valor pertinente à multa através de
			diretamente do FORNECEDOR.
			is infrações, não implicará renúncia ceitação, novação ou precedente.
			nalidades previstas, será concedido
prazo para			úteis a contar da notificação.
			de 05 (cinco) dias úteis a contar da
	o site da Prefeitura M		de oo (emoo) dias dieis a contai da
publicação 11	o site da i referencia iv	idilioipai.	
11.	DAS	DISPO	SIÇÕES FINAIS
	_		presente instrumento, ás condições
			pendente de traslado fazem parte
	este instrumento, no o		,
3	,	•	
12.		DO	FORO
12.1. Para d	irimir eventuais dúvid	das e/ou conflitos, oriur	ndos do presente contrato fica eleito
o Foro da ci	dade de Guarani da	s Missões/RS, com rei	núncia a quaisquer outros por mais
privilegiados		que	possam ser.
			sente ata de Registro de Preços em
03 (três) vias	s de igual teor e forma	a e para um só efeito le	gal.
_	MUNICÍDI	0.05.014.0411.040.4	4000E0/D0
	MUNICIPI	O DE GUARANI DAS N	/II33UE3/K3
		FORNECEDOR	